

# Pais de alunos vão denunciar escolas em passeata

Dilmar Cavalcante

Pais de alunos de escolas particulares vão marchar em protesto contra os donos desses estabelecimentos nesta segunda-feira, dia 27, às 17h, e se concentrarão diante do Palácio Guanabara para denunciar a ilegalidade do repasse do aumento salarial dos professores para as mensalidades escolares e exigir o não pagamento dos dias em que os colégios estiveram fechados.

Esta foi a decisão unânime dos cerca de 50 pais que se reuniram ontem por quase três horas sob o patrocínio da Famerj, estabelecendo as bases de uma Associação Estadual de Pais de Alunos de Escolas Particulares, para exigir participação nas decisões dos colégios. O 27 de abril tornou-se o Dia Estadual de Luta dos Alunos de Escolas Particulares, e os pais terão o apoio dos estudantes, já empenhados na luta contra o aumento abusivo das mensalidades escolares.

Representantes de alunos de colégios das zonas Norte, Sul e Oeste, de estudantes de escolas de elite, como o Sacré-Coeur de Marie (Cosme Velho) e a Princesa Isabel (Copacabana) até a distante Atlas, em Bangu, os pais se apoiaram nas organizações de estudantes que se fizeram representar: o diretor de esportes da UNE, Jair Passos, presidiu a mesa dos trabalhos. Eles aprovaram como bandeira o reconhecimento da luta dos professores pela dignidade da sua profissão, também a ser levada à porta do Palácio Guanabara na manifestação de segunda-feira.

## Marcha conjunta

As organizações dos estudantes, em conjunto com os representantes das associações de pais já formadas em algumas poucas escolas particulares do Rio, ajudaram a dar forma a uma proposta de organização que sobreviva à atual greve dos professores.

Na próxima quarta-feira, dia 29, haverá nova reunião de pais às 17h, no auditório da Famerj, para analisar os resultados da manifestação desse dia 27 e eleger uma comissão que elabore estatutos para difundir e criar associações de pais nos colégios particulares do Rio.

Destas centenas de pequenas associações sairá a futura Associação Estadual dos Pais de Alunos de Escolas Particulares, que pretende lutar pela melhoria da qualidade do ensino, contra o abuso das cobranças de mensalidades, e pagamento de salários indignos aos professores.

O presidente da Famerj, Francisco Alencar, que orientou os trabalhos durante a primeira hora e meia de reunião — tinha um compromisso mais tarde em São João de Meriti —, sugeriu aos pais objetividade: em primeiro lugar é preciso definir que ações, inclusive jurídicas, desenvolver; e não esquecer que as ações jurídicas só têm expressão com respaldo político. Chico lembrou que no final das contas eles tinham que lutar mesmo era pela democratização do orçamento das escolas.

— As escolas dizem que não têm lucros, mas só fazem aumentar seu patrimônio. Por isso a Famerj apóia a escola pública, pois acredita que concentrar a educação em estabelecimentos comerciais é o caminho do atraso. Os pais precisam se organizar, construir verdadeiras associações desvinculadas da direção das escolas. Há colégios que se dizem liberais no ensino, mas fecham seus livros-caixas. Ora, o Ministério da Fazenda não é o menos democrático do governo por acaso — disse Chico Alencar, explicando aos pais de alunos que a Famerj continuará como fórum “para a organização dos grupos sociais na defesa dos seus direitos legítimos”.

A experiência das organizações de estudantes contra o aumento das mensalidades chamou a atenção dos pais, em especial um recurso administrativo apresentado na terça-feira passada pela Ames (Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas) ao CFE (Conselho Federal de Educação), em Brasília. Nesse recurso, a Ames argüiu o CFE sobre a competência dos Conselhos Estaduais de Educação para deliberarem sobre o aumento das mensalidades escolares.

A representante dos estudantes junto ao Conselho de Educação do Rio, Vera Garcia (presidente da União Estadual dos Estudantes), disse que o governo federal deu poderes aos conselhos estaduais para deliberarem sobre o aumento da semestralidade no início de cada período escolar (nos termos do decreto 93.911 deste ano). Com o semestre em andamento, não haveria base legal para eles aprovarem o repasse do aumento salarial dos professores, em greve, para as mensalidades escolares. O secretário estadual de Educação do Rio (que preside o Conselho), Carlos Alberto Direito, já procurado pelos estudantes para um questionamento sobre isso, não os recebeu.

Depois da exposição de Vera Garcia sobre a posição do governo estadual a propósito do repasse do reajuste salarial dos professores para as mensalidades é que os pais decidiram ir em bloco para a porta do Palácio Guanabara na segunda-feira, defender suas bandeiras.

O não pagamento dos dias em que as escolas estiveram com as portas fechadas teve uma defesa importante, a do presidente da Associação dos Pais de Alunos da Sociedade Educacional da Guanabara (escola do Grajaú), o advogado Ironcides Grana, que participou da mesa:

— Não temos que pagar pelos dias em que os donos dos colégios fecharam as escolas. Não foi a greve dos professores que paralisou as escolas nos primeiros 15 dias, mas o locute dos proprietários. Eles não podem argumentar que vão compensar nas férias de julho. Os professores têm férias mais longas porque trabalham em casa normalmente a serviço da escola, e têm direito a essas férias. A verdade é que eles (os colégios) têm um contrato de prestação de serviços conosco e deixaram de cumpri-lo por 15 dias. Então estão inadimplentes conosco e não têm o direito de receber pelos dias parados — afirmou o advogado, cuja associação entrará com uma ação na Justiça, em nome dos pais dos alunos do colégio onde estudam seus filhos.

Com filhos estudando em escola particular, ele também fez uma defesa veemente da organização dos pais:

— Estamos cercados, nossos filhos estão cercados. A luta é política. Devemos nos unir pela formação de associações para atuar coordenadamente pelos nossos direitos.

Um painel heterogêneo de pais de alunos — de estabelecimentos que cobram CZ\$ 400 a CZ\$ 2 mil de mensalidade escolar — conseguiu definir princípios de organização homogêneos, de acordo com suas preocupações e interesses, na reunião de ontem. Havia desde a cabeleirreira e viúva Iracema de Oliveira, do Flamengo, cujos filhos estudam na Universidade Gama Filho e no Colégio São Zacaria, até o economista Tite Araújo, com quatro filhos na Escola Isa Prates, em Copacabana.

Com um estudante presidindo os trabalhos; os pais extraíram o seu modelo de organização, mas lhe corrigiram os erros de português: “Os dias em que não houve aulas”, ensinou o advogado Paulo Maurício, da associação de pais do Jardim Miraflores, ao diretor da Une Jairo Passos, que inadvertidamente usara houveram.



De mãos erguidas, pais aprovaram a concentração diante do Palácio Guanabara na próxima segunda-feira